

PROCESSO Nº 23411.009733/2022-97

TERMO DE CONTRATO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE USO Nº 02/2022 - IVAIPORÃ

TERMO DE CONTRATO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO Nº 02/2022 - IVAIPORÃ PARA FINS DE CANTINA/LANCHONETE ESCOLAR QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ - CAMPUS IVAIPORÃ E VALMIR MINE DE OLIVEIRA 00388863919.

CEDENTE: O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ – IFPR – UASG 154675, CAMPUS IVAIPORÃ, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.652.179/0012-78, com sede na Rua Max Arthur Greipel, nº 505 - Parque Industrial (Marginal à PR 466), caixa postal 138, **Cep: 86870-000 - Ivaiporã, Estado Paraná**, neste ato representado por seu Diretor Geral, Sr. **RICARDO RODRIGUES DE SOUZA**, nomeado pela Portaria nº 1664, Art. 2º, do Instituto Federal do Paraná, publicada no DOU de 11 de dezembro de 2019, seção 2, página 26, portador da matrícula funcional nº 2802930, de acordo com a competência delegada por intermédio da Resolução/IFPR nº 03, de 27 de março de 2019, que regulamenta o Artigo 27 do Regimento Geral do IFPR.

CESSIONÁRIA: VALMIR MINE DE OLIVEIRA 00388863919, inscrita no CNPJ sob nº 28.477.505/0001-60, estabelecida na Rua Getúlio Vargas, nº 325 – Jardim Luiz XV, Cep: 86870-000, Ivaiporã, Estado Paraná, doravante denominada **CESSIONÁRIA**, representada neste ato pelo Sr. **VALMIR MINE DE OLIVEIRA**,

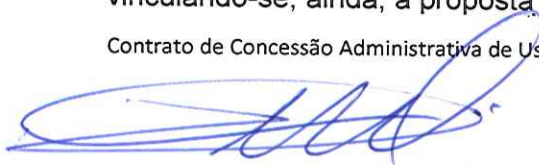
têm entre si, justo e avençado, e celebram o presente TERMO DE CONTRATO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO para fins de cantina/lanchonete, na forma dos procedimentos licitatórios verificados na Concorrência Pública n.º 03/2022, de conformidade com o artigo 87 do Decreto Lei n.º 9.760, as normas da Lei 8.666 de 21/06/1993 com suas alterações, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente instrumento contratual tem como objeto a Concessão Administrativa, onerosa, de uso de espaço físico destinado à exploração comercial de lanchonete/cantina nas instalações do IFPR - Campus Ivaiporã, de acordo com as especificações contidas no Projeto Básico e demais disposições do Edital da Concorrência n.º 03/2022 com seus anexos e elementos da proposta de preços vencedora que são parte integrante deste instrumento contratual.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

2.1 Este instrumento contratual guarda inteira conformidade com as disposições do Termo do Edital de Concorrência Pública n.º 03/2022 e seus anexos, do qual é parte integrante, vinculando-se, ainda, à proposta da CESSIONÁRIA.





3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO ESPAÇO FÍSICO CONCEDIDO

3.1 Espaço físico correspondente a uma área de 46,12m² (quarenta e seis metros quadrados e doze centímetros quadrados), destinado à instalação de cantina/ lanchonete, bem como a acomodação de mesas e cadeiras para o atendimento dos usuários do IFPR - Campus Ivaiporã, situado na Rua Max Arthur Greipel, nº 505 - Parque Industrial (Marginal à PR 466), caixa postal 138, Cep: 86870-000 - Ivaiporã, Estado Paraná.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR DO RESSARCIMENTO DAS DESPESAS COM ÁGUA, ESGOTO E ENERGIA ELÉTRICA

4.1 A presente concessão é do tipo onerosa e somente resultará na cobrança dos valores de rateio de Energia Elétrica, Água e Esgoto, não havendo cobrança de aluguel ou outras taxas, conforme o item 17 do Projeto Básico.

4.1.1 O ressarcimento das despesas com água, esgoto e energia elétrica será mensal, efetuado através de GRU (Guia de Recolhimento da União) até o 5º (quinto) dia útil do mês posterior ao do período de competência do encargo. As guias de recolhimento serão fornecidas ou instruídas pela fiscalização do contrato do IFPR.

4.1.2 Se o pagamento não for recolhido no seu vencimento, será cobrada multa de 10% (dez por cento) do valor pago mensalmente, além de incorrer em encargos moratórios de acordo com a legislação vigente, podendo se for o caso ser aplicada penalidade.

5. CLAÚSULA QUINTA - DOS REAJUSTES

5.1 Com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser promovida revisão dos preços unitários dos itens, desde que eventuais solicitações nesse sentido estejam acompanhadas de justificativa ao fiscal/gestor de contrato;

5.1.1 O indexador a ser utilizado será IPCA dos últimos 12 meses, que será aplicado sobre os preços dos produtos do cardápio mínimo.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 O presente Termo de Contrato de Concessão Administrativa de uso terá vigência de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado em até 60 (sessenta) meses, nas condições básicas determinadas no Inciso II, Artigo 57 da Lei n.º 8.666/1993, mediante ajuste entre as partes interessadas e no interesse da Administração.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DOS DIREITOS DA CESSIONÁRIA

7.1 É assegurado a cessionária o exercício da defesa de seus interesses, dos atos e ações previstos na legislação eleita no presente instrumento e no Edital de origem, bem como explorar o bem concedido, pelo prazo e condições aqui avençadas.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA

8.1 As obrigações da Cessionária estão estabelecidas no Projeto Básico.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CEDENTE

9.1 Os deveres do Cedente estão estabelecidos no Projeto Básico.

9.1.1 A existência e atuação da fiscalização da CEDENTE não restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da cessionária, em relação aos seus encargos tributários, fiscais, trabalhistas e patrimoniais, suas consequências e aplicações próximas ou remotas.

10. CLAÚSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE USO

10.1 Este TERMO DE CONTRATO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE USO poderá ser alterado mediante Termo Aditivo, com as devidas justificativas, nos casos previstos no Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

11. CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1 Conforme o disposto no Inciso IX, do artigo 55, da Lei nº. 8666/93, a CESSIONÁRIA reconhece os direitos da CEDENTE, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77, do referido diploma legal.

11.1.1 A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no Art. 78, da Lei n.º 8.666/93, ensejará a rescisão do presente Termo.

11.1.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.1.3 A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

11.1.4 A rescisão determinada por ato unilateral e escrito da CEDENTE, nos casos enumerados nos Incisos I a XI do art. 78, da Lei nº 8.666/93, acarreta as consequências previstas nos Incisos II e IV do art. 87 do mesmo Diploma Legal, sem prejuízo das demais sanções previstas.

11.1.5 Na hipótese de se concretizar a rescisão do Termo, poderá a CEDENTE contratar os serviços das concorrentes classificadas em colocação subsequente, ou efetuar nova licitação.

12. CLAÚSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

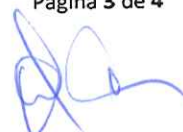
12.1 As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Edital e Projeto Básico.

13. CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS RECURSOS

13.1 Dos atos da Administração que aplicarem sanção ou que rescindirem o TERMO DE CONTRATO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE USO, caberá recurso na forma do Art. 109 da Lei nº. 8666/93.

14. CLAÚSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL

14.1 Qualquer dano ocasionado à CEDENTE ou a terceiros, por ato comissivo ou omissivo, doloso ou culposo da CESSIONÁRIA ou de seus prepostos, sujeitará esta, independentemente de outras combinações contratuais e legais, ao pagamento de perdas e danos.





INSTITUTO FEDERAL

Paraná



Ministério da Educação

14.1.1 É também de inteira responsabilidade da CESSIONÁRIA, as obrigações patronais ou trabalhistas tidas com seus empregados, não gerando, a presente relação contratual, qualquer responsabilidade da CEDENTE em relação aos empregados da CESSIONÁRIA.

15. CLAÚSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

15.1 A CEDENTE fará publicar, no Diário Oficial da União, extrato do presente CONTRATO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE USO, que é condição indispensável para sua eficácia, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da assinatura do Termo, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, na conformidade do parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/93.

16. CLAÚSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS



16.1 Quaisquer dúvidas surgidas na execução deste Contrato de Concessão Administrativa de Uso serão dirimidas entre as partes, durante a sua vigência, passando as decisões, assim tomadas, a fazer parte integrante do mesmo.

17. CLAÚSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

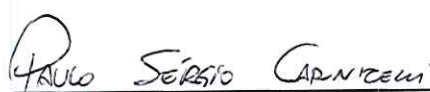
17.1 O Foro para dirimir as questões oriundas do presente CONTRATO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE USO será o da Justiça Federal, Seção Judiciária de Curitiba, renunciando as partes CONTRATANTES a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

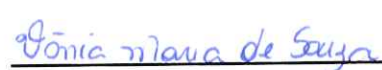
E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente Termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que depois de lido e achado conforme é assinado pelas partes CONTRATANTES e por duas testemunhas abaixo firmadas.

Ivaiporã, 09 de junho de 2022.

	
RICARDO RODRIGUES DE SOUZA Diretor Geral do Campus Ivaiporã Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná - IFPR	VALMIR MINE DE OLIVEIRA Representante Legal Valmir Mine de Oliveira 00388863919

TESTEMUNHAS


NOME:
CPF: 046.304.339-10
RG: 8.401.591-1


NOME:
CPF: 03932685946.
RG: 8607738-8

Contrato assinado na presença da servidora Jaqueline Mirian Alves Carvalho, Siage 2317246